

Filiados estariam pedindo estorno de mensalidade. Advogados alertam para crime

Entidades representativas de aposentados e pensionistas que tiveram repasses de recursos suspensos por determinação da Advocacia-Geral da União (AGU), se anteciparam à aprovação de leis ou regras no Congresso Nacional, e buscaram alternativas para não utilizar a intermediação do desconto de mensalidade via Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre as opções para quem queira se associar estão pagamentos por Pix, boleto bancário e cartão de crédito.

Os filiados que fazem parte da base da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap), por exemplo, estão fazendo o pagamento da mensalidade no balcão ou por cartão de crédito. O presidente da Cobap, Warley Martins, cita a dificuldade que as associações encontram para fazer essas novas filiações devido ao fechamento de unidades. “A gente queria saber do governo porque que não voltam os repasses de desconto para as entidades que são sérias?”, questiona.

Representantes de Cobap, do Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) e da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) informam que também aderiram ao pagamento sem intermediação do INSS. As entidades questionam o quantitativo de pessoas que tiveram descontos não autorizados. Segundo o governo são cerca de 4 milhões.

Os representantes, no entanto, alertam que cruzamentos de informações apontam que beneficiários que utilizam os serviços das associações estão – inadvertidamente – pedindo ressarcimento da mensalidade. Advogados alertam que isso configura crime de falsidade ideológica e estelionato. Ambos tem previsão de pena de 1 a 5 anos de detenção.

“Os associados que pedirem indevidamente o ressarcimento podem ser processados pela AGU para restituir os valores recebidos de má-fé”, explica o advogado Sérgio Batalha, do escritório Batalha Advogados, do Rio de Janeiro.

Boletos

O Sindnapi, por exemplo, está recastrando todos os associados e no momento da inscrição é oferecida a opção de pagamento em boleto. O sindicato tinha 259 mil filiados.

“Estamos estudando outras formas de pagamento que poderão vir a ser usadas. Ainda não temos um levantamento de quantos associados já estão usando essa modalidade de pagamento, mas é fato que há um volume considerável de pessoas que desejam seguir filiadas ao sindicato pois não querem perder os benefícios oferecidos pela entidade”, informa Marco Piva, porta-voz do Sindnapi.

Piva conta que o sindicato identificou casos de associados que se utilizam os serviços e que estão pedindo ressarcimento alegando não reconhecer a filiação. “Nesses casos, o sindicato tem entrado em contato com essas pessoas para esclarecê-las e convidá-las a manter a filiação”, acrescenta.

A advocacia predatória também foi identificada pelo sindicato: “Advogados antiéticos têm procurado associados para enganá-los dizendo que eles têm direito ao ressarcimento, buscando assim auferir vantagens financeiras. Aliás, o assédio de advogados aos associados não é novidade e vem ocorrendo há muito tempo, o que exigiria, na nossa opinião, uma intervenção da OAB”, pontua Piva.

Braz Ferreira, de 63 anos de idade, morador do bairro República, no Centro de São Paulo, conta que é filiado ao Sindnapi há 15 anos. Entre os

Entidades se antecipam ao fim de desconto de mensalidade na folha do INSS



Projetos de lei estão em andamento na Câmara dos Deputados pedindo o fim da intermediação do INSS nos descontos



Braz Ferreira, de São Paulo: “Precisamos dos serviços”

serviços que mais usa estão: serviços médicos, de lazer (viagens e bailes), cursos, desconto em farmácia e, eventualmente, o jurídico.

“Eu e muitos outros associados do Sindnapi achamos importante essa nova modalidade de pagamento associativo por intermédio de boletos. Não podemos perder os benefícios proporcionados aos aposentados”, diz Braz, que acrescenta: “O Sindnapi sempre foi honesto com o aposentado, eu acredito na lisura da administração”.

Questionado sobre o nome em lista de possível fraude, Braz foi categórico: “Reconheci a legalidade do desconto através do aplicativo Meu INSS”. **Falta de informação**

Já o advogado Peterson Ferreira, do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, de Brasília, chama atenção para a falta de clareza sobre a responsabilização de quem receber o valor indevidamente.

“Essa situação (de solicitação indevida) ainda não foi objeto de qualquer veiculação por parte da AGU, CGU, MPS e do INSS sobre orientações acerca da importância de preservar a idoneidade das informações”, explica.

“Havendo a comprovação de que a denúncia de desconto associativo seja falsa, o declarante assume responsabilidade civil e criminal, uma vez que terá que devolver os valores recebidos indevidamente”, diz.

Resposta

Questionado sobre a comprovação de filiação, o Ministério da Previdência Social, informou que “cabe às entida-

des comprovarem a regularidade dos descontos e a filiação legítima dos segurados, conforme artigo 6º da Instrução Normativa nº 186, do INSS. O desconto contestado será notificado pelo Portal de Desconto de Mensalidades Associativas”. E acrescenta que “aqueles identificados como filiados legítimos não serão ressarcidos”.

Procurados, INSS e AGU não se manifestaram.

Confederação vai pedir rescisão de acordo

A Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) vai pedir a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em relação a descontos de mensalidades associativas com o INSS. Segundo a confederação, a melhor forma de comprovar que não há qualquer irregularidade e que as filiações são legítimas é não utilizar intermediários, sejam quais forem.

“Os agricultores familiares que quiserem se associar poderão pagar a mensalidade por meio de Pix, cartão ou boleto bancário, eliminando a intermediação. Um QR Code está disponível na nossa página na internet e a pessoa pode escanear o código e se associar”, orienta o presidente da confederação, Carlos Roberto Lopes.

Ele critica a atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Polícia Federal (PF): “Não questiono a investigação, ao contrário, sempre nos colocamos à disposição para prestar esclarecimentos e comprovar



Jair Kuikuro com o pai, cacique Sagigua Moisés Kuikuro

as filiações. O que não acho correto é nivelar entidades que estão estabelecidas há anos, como a própria Conafer, que foi criada em 2011; o Sindicato dos Aposentados, do saudoso (João) Inocentinni; a Contag, que é uma gigante na representatividade da agricultura familiar; a tradicional Cobap, e outras entidades conhecidas, no mesmo contexto de associações recém-criadas, que não têm sede, e não prestam serviço algum aos seus filiados”.

De acordo com Lopes, o que existe é a tentativa de criminalizar todas as entidades, e rebate a acusação de que arcaria com despesas de parlamentares. “É leviana essa acusação. A confederação defende os interesses da agricultura familiar e nada mais lógico que procurar congressistas para levar as reivindicações do campo. A criação da frente foi uma resposta do Congresso aos anseios das famílias camponesas, sem beneficiar A, B, C ou D”, diz.

Ele enumera alguns dos serviços oferecidos aos seus filiados: acompanhamento de políticas públicas, fomento a produções sustentáveis, e apoio à autonomia do agricultor; assistência jurídica, técnica e administrativa, acesso a serviços do INSS (aposentadorias, pensões, auxílios e outros benefícios previdenciários) por meio do programa INSS Digital; orientações e acompanhamento sobre crédito rural (Pronaf), financiamentos, contratos, parcerias, etc; acesso ao programa de melhoramento genético de bovinos, entre outros.

Agricultores familiares

A filiação à Conafer tem possibilitado a manutenção de plantações e orientação no manejo da terra, conta Jair Kuikuro, do Território Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, no Mato Grosso. O envio de sementes, segundo Jair, possibilita que o povo Kuikuro plante milho, arroz, mandioca, banana, laranja, melancia, entre outras culturas, para subsistir e comercializar.

“Vivemos da agricultura familiar e, culturalmente, somos agricultores. Na aldeia temos 400 pessoas e 15 trabalham na plantação”, explica o filho do cacique Sagigua Moisés Kuikuro.

“Estamos com um projeto de criar peixes, na nossa aldeia tem um lago e se conseguirmos colocar tanque para a criação será mais uma fonte de alimentação para nosso povo”, conta Jair.

Dourados

Moradora da aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS), Edite Martins é da etnia Kaiwá e também trabalha na agricultura. Ela mostra a terra semeada com milho verde levado por representantes da confederação.

“Daqui a pouco vamos ter milho verde para vender e comer. Só tenho a agradecer”, comemora.

Lopes afirma que o trabalho da confederação junto aos povos originários, além de permitir que tenham alimento variado para pôr à mesa, é um resgate histórico.

“Eles são os verdadeiros donos da terra. O trabalho que realizamos permite que essas populações tenham acesso a grãos, saúde, educação e direitos previdenciários”, explica.